

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A nova reforma da Previdência - PEDRO FERNANDO NERY 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previ encerra 2021 com déficit de R\$ 900 milhões 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA
SERVIDOR PÚBLICO

Militares receberam jabá para liberar músicas 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que petrobras precisa ter "função social" 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A hora da verdade (Artigo) 8

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária, o abraço dos afogados (Artigo) 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção para gasolina pode custar R\$ 27 bi 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cuidado com os subsídios (Editorial) 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO GUERRA NA UCRÂNIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresa olhou sofrimento das famílias, afirma Silva e Luna 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO GUERRA NA UCRÂNIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia fala em ampliar Auxílio, mas Planalto quer desonerar gasolina 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina mais cara cria chance para nova política de mobilidade urbana 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção para gasolina, defendida por Bolsonaro, pode ter custo de R\$ 27 bi 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com guerra, importadores do Brasil têm dificuldade de comprar diesel 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário econômico piora com a guerra - MÍRIAM LEITÃO 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro volta a culpar governos estaduais por preço alto da gasolina 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Venezuela faz Roraima exportar como nunca 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte já pode fazer declaração pré-preenchida 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Subsídio só por calamidade 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeções desafiam meta para inflação 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Subsídio deve vir de cortes, diz ex-diretor 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO GUERRA NA UCRÂNIA
ECONOMIA

Militares entram em cena para manter general na presidência da Petrobras 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO GUERRA NA UCRÂNIA
ECONOMIA

Preço médio da gasolina chega a R\$ 7,47 no país após mega-aumento 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO GUERRA NA UCRÂNIA
ECONOMIA

Estimativa para inflação dispara depois de reajuste 37

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Um legado sinistro para o novo governo (Editorial) 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Sob pressão, governo lançará pacote de crédito agrícola 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Risco fiscal e cena externa pressionam mercado local 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Apesar de piora, Focus ainda dá certo conforto para o Copom 42

A nova reforma da Previdência - PEDRO FERNANDO NERY



PEDRO FERNANDO NERY

Os regimes previdenciários da União terão déficit de R\$ 250 bilhões em 2022, segundo o Tesouro.

É uma queda importante neste último ano do governo em relação ao seu 1.º ano.

Neste período, todos os 3 regimes - servidores civis, militares e geral (**INSS**) - terão observado queda no hiato entre o fluxo de suas receitas e o fluxo de suas despesas. Mas ainda há o que reformar.

A reforma da Previdência, na verdade, não foi concebida para gerar resultados fiscais de curto prazo. A melhora nas contas previdenciárias nesse período decorre principalmente da **inflação**, que segura o gasto dos regimes de servidores e militares, e de uma conjuntura favorável da arrecadação no mercado de trabalho.

A menor queda no déficit, em termos proporcionais, será a do regime dos militares. Embora por conta da reforma de 2019 tenha havido um bom aumento na arrecadação - fruto do início da tributação das pensionistas e do aumento das alíquotas - seguem havendo vantagens que não existem nos demais regimes.

A questão aqui é de desigualdade, e não apenas dos números para o fiscal. O déficit de militares e servidores federais seguirá acima de R\$ 90 bi em 2022. Faz mesmo sentido que a União gaste apenas

com esse buraco do financiamento dos benefícios - que alcança uma pequenina parcela da população - mais do que com o Auxílio Brasil, que alcança dezenas de milhões de brasileiros pobres?

Novos ajustes nos regimes próprios podem ajudar a União a atender às demandas sociais deste momento - embora a pandemia tenha finalmente dado trégua, a **inflação** segue cruel, e não se sabe por quanto tempo e em que magnitude as consequências da guerra da Ucrânia nos preços seguirão.

Militares ainda contam, por exemplo, com a integralidade - o direito de receber como "aposentadoria" a última (maior) remuneração da carreira, independentemente da média histórica de remunerações.

Isso não existe no **INSS**, e para os servidores civis a possibilidade é apenas para quem ingressou antes de 2003. Esta vantagem contribuiu para uma realidade disfuncional: 65% do gasto com pessoal militar no Brasil é com inativos e pensionistas.

Para os civis, também ainda há o que se completar na reforma: a contribuição extraordinária para conter o déficit, aprovada em 2019, não foi instituída. É uma forma de demandar maior solidariedade daqueles que se beneficiam das regras antigas, em alguns casos recebendo aportes de milhões além do que contribuíram.

Uma "nova reforma" deve estar na pauta da próxima administração.

Novos ajustes nos regimes próprios podem ajudar a União a atender às demandas sociais

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Previ encerra 2021 com déficit de R\$ 900 milhões

Juliana Schincariol

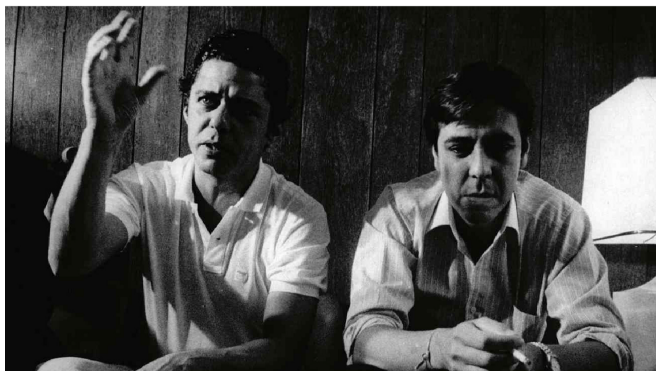
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163?page=2§ion=4

Militares receberam jabá para liberar músicas



Lucas Nobile

O título é autoexplicativo -"Mordaça: Histórias de Música e Censura em Tempos Autoritários". Lançado pela Sonora Editora, o livro dos jornalistas e escritores João Pimentel e Zé McGill reúne depoimentos de medalhões da música brasileira, além de tratar de 97 composições que combateram ou sofreram algum tipo de proibição.

Entre as inúmeras histórias contadas nas 31 entrevistas inéditas -de Chico Buarque a Beth Carvalho, de João Bosco a Jards Macalé, passando por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Ney Matogrosso, e outros-, a mais reveladora é narrada por um ex-funcionário de gravadora.

Genilson Barbosa, que trabalhou como office boy e arregimentador da RCA, atual Sony Music, confirma a antiga suspeita de que, durante o regime militar, censores eram subornados em troca de liberações de letras de música.

Segundo o ex-funcionário, embora os pagamentos não fossem feitos diretamente em dinheiro, havia uma verba da gravadora destinada a pagar almoços e bebidas aos censores e uma cota de discos a serem enviados para os servidores da Divisão de Censura de Diversões Públicas.

"Eu tinha uma verba mensal na RCA para, às vezes, quando a coisa estava pesada, levar os censores para a churrascaria Estrela do Sul, em Botafogo. A verba era exclusiva para pagar os almoços com os censores. Não para liberar as obras oficialmente, porque a gente não podia ter certeza de que elas seriam liberadas, mas era para fazer uma boa política com eles", conta Barbosa.

"Eu levava dois, três, quatro censores, a gente tomava vinho 'pra' cacete, comia muito e eu pagava aquela conta cara. Mas a gravadora tinha muita grana nessa época, e ela entrava no orçamento", conclui.

Na tentativa de manter uma boa relação com os censores, Barbosa chegou a ser convidado para casamentos, foi goleiro do time de futebol amador do departamento e presenteou alguns com discos de Xuxa e Bezerra da Silva.

Foi assim que conseguiu a liberação de clássicos como "O Mestre-Sala dos Mares", de João Bosco e Aldir Blanc, que tiveram versos vetados.

"O depoimento do Genilson confirma que gravadoras tinham uma verba reservada para essa prática. Era uma espécie de jabá da censura. A gente tinha muita vontade de entrevistar os censores, mas a maioria já morreu, e os que estão vivos não que rem falar", diz João Pimentel.

Apesar da ausência dessas entrevistas, o livro apresenta uma série de documentos com as justificativas dos **servidores públicos** para vetar determinadas músicas.

Entre os principais alvos estavam letras que fizessem críticas ao regime militar e também ver sos que fossem contra "a moral e os bons costumes".

Neste último grupo, se destaca Odair José, um dos entrevistados para o livro. Ele teve uma série de músicas censuradas, entre elas as conhecidas "Uma Vida Só (Pare de Tomar a Pílula)", "A Primeira Noite" e "Eu Vou Tirar Você Desse Lugar", em que o eu-lírico se declara para uma prostituta.

Havia também argumentos bizarros. Caetano Veloso conta no livro que os censores implicaram com "Nine Out of Ten" lançada no disco "Transa", de 1972, pelo simples fato de eles não conhecerem o significado da palavra "reggae", citada na letra. Já Edu Lobo teve duas músicas proibidas apenas pelos títulos -"Casa Forte" e "Zanzibar" eram instrumentais e nem tinham letra.

"Por mais esdrúxulas que sejam as justificativas, a voz dos censores está ali. A censura era reacionária,

machista, homofóbica e não diferenciava estilo musical. Os censores tinham um baixo nível intelectual", diz McGill.

Embora a maioria das histórias seja relacionada à época da ditadura militar -com destaque para o período entre 1968 e 1978, em que vigorou o AI-5, Ato Institucional nº 5-, a obra, cujo título foi inspirado no samba "Mordaça", de Eduardo Gudim e Paulo César Pinheiro, não se limita apenas àqueles tempos.

São citados também casos de censura ocorridos durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, e outros das décadas de 1980 e de 1990, como a prisão de integrantes do Planet Hemp sob o argumento de que faziam "apologia das drogas".

E outros mais recentes, como o cancelamento da exposição "Queer museu", de 2017, no Santander Cultural, em Porto Alegre, e a interrupção de um show de BNegão e Os Seletores de Frequência, em 2019, no Festival de Inverno de Bonito, em Mato Grosso do Sul.

"Como diz o [Gilberto] Gil no livro, são os 'guardas de fronteira', é o mundo velho com medo do mundo novo. Nosso livro é um tapa na cara daqueles gênios que dizem que música e política não se misturam", ironiza McGill.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850&anchor=6451930&pd=80449627bc18cd0e6eb3956774129241>

Pacheco diz que petrobras precisa ter "função social"



A Petrobras tem hoje uma lucratividade de três vezes mais que suas concorrentes, dividendos bilionários. Óbvio que é muito bom, mas não pode acontecer em prejuízo da população brasileira que abastece seus veículos ou que precisa de transporte coletivo"

■ Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Michelle Portela

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltou a criticar ontem a grande alta dos preços dos combustíveis no país e ressaltou que o Congresso Nacional tem discutido como exigir a "participação" da Petrobras para reduzir esse impacto, na condição de empresa que tem "função social". As declarações de Pacheco ocorreram durante participação do presidente em evento com o setor empresarial, em Belo Horizonte. "A Petrobras tem hoje uma lucratividade na ordem de três vezes mais que suas concorrentes, dividendos bilionários. Óbvio que é muito bom que isso aconteça, mas não pode acontecer em prejuízo da população brasileira que abastece seus veículos ou que precisa de transporte coletivo", apontou, ao indicar que a empresa tem participação da União.

Questionado se a solução para a política de preços dos combustíveis no país passava pela troca de comando da empresa, Pacheco disse que essa é atribuição do Poder Executivo. "Eu tenho absoluta convicção da retidão do general que preside a Petrobras, e o que nós esperamos dessa diretoria é que ela tenha a sensibilidade social de uma empresa que tem participação pública e que precisa ter o cumprimento da sua função social", disse o parlamentar. "O lucro é muito importante para a empresa, a remuneração dos seus diretores também o é, mas é muito importante que ela possa, eventualmente, reverter esse lucro muito acima da média para a própria população, através de mecanismos próprios para isso", reforçou.

No Congresso Nacional, parlamentares têm questionado o lucro recorde da Petrobras. No ano passado, a estatal registrou lucro líquido recorde de R\$ 106,6 bilhões. Por causa dos resultados, a

empresa vai distribuir US\$ 37,3 bilhões aos acionistas - entre eles, a União -, como dividendos. Na quinta-feira, a Petrobras anunciou aumento de 18,8% no preço da gasolina, 24,9% no do diesel, e 16,06% no gás liquefeito de petróleo (GLP), seguindo as altas internacionais.

DIPLOMACIA Rodrigo Pacheco ressaltou ainda que o Senado tem buscado medidas alternativas para reduzir o preço do combustível, como os dois projetos aprovados pela Casa na semana passada (o Projeto de Lei Complementar 11/2020 e o Projeto de Lei 1.472/2021). Na avaliação dele, até mesmo a diplomacia brasileira deve ser usada para buscar soluções "não só para essa questão do preço dos combustíveis, mas para o crescimento econômico do Brasil, que exige e precisa de investimentos internacionais", acrescentou.

Questionado sobre a possibilidade de se acionar o "Orçamento de guerra" com o agravamento da situação, Pacheco afirmou que, no momento, a medida "não está na mesa para ser negociada". "Nós enfrentamos uma pandemia, temos uma guerra acontecendo na Europa, com reflexos no Brasil. Vamos buscar na união entre Legislativo e Executivo conter esses efeitos, através da rotina comum da aprovação dos projetos. Mas obviamente essa é uma possibilidade constitucional, uma possibilidade política, mas que nesse momento não está na mesa para ser negociada.

Pacheco disse ainda que o maior desafio do Legislativo hoje é "apartar" a pauta política da pauta eleitoral. De acordo com ele, o Senado seguirá reunindo esforços para votar matérias de interesse da população. "Nós não podemos parar o Brasil em função das eleições. E é por isso que estamos trabalhando essa semana na **reforma tributária**, na Proposta de Emenda Constitucional 110. É por isso que na semana passada tratamos da solução dos dois projetos dos combustíveis, e assim sucessivamente diversos projetos, que são pautas políticas, pautas legislativas, de interesse da sociedade brasileira e que não paralisarão em função das eleições.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/03/2022/p1>

A hora da verdade (Artigo)

Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

E stá prevista para esta semana a discussão - na Comissão de Constituição e Justiça - do parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110, que trata da **reforma tributária**. Como era de esperar, à medida que se aproxima a votação, crescem as resistências à mudança, sobretudo por parte do setor de serviços.

A **reforma tributária** não eleva a carga tributária total, mas, ao propor uma alíquota uniforme para bens e serviços, promove uma redistribuição da carga - que será menor para alguns setores e maior para outros. Parte do setor de serviços - que hoje é pouco tributada - vem se opondo à reforma sob o argumento de que será prejudicada, o que levaria a um aumento do desemprego.

Esse argumento é claramente falacioso. Por um lado, a maioria do setor de serviços será, efetivamente, beneficiada pela **reforma tributária**.

Isso se aplica à prestação de serviços para empresas, pois a totalidade do imposto pago pelo prestador será recuperada pelo tomador do serviço - o que não ocorre hoje.

Adicionalmente, a maior parte da prestação dos serviços a consumidores é feita por empresas do Simples Nacional, que não serão afetadas pela reforma.

Por outro lado, é preciso avaliar se a menor tributação do consumo de serviços - como ocorre hoje - é justa e eficiente.

E a resposta é não. Não é justa, pois quem consome serviços são principalmente as famílias de maior renda.

Não é eficiente, pois múltiplas alíquotas inevitavelmente levam a problemas de classificação, contenciosos e má alocação de recursos. Não é por acaso que todos os especialistas internacionais em tributação do consumo entendem que o ideal é ter uma única alíquota para bens e serviços.

Talvez se justifique um tratamento favorecido para educação e saúde - não porque são serviços, mas sim porque, nesses casos, favorecer a demanda privada reduz a necessidade de sua provisão pelo setor público.

Por fim, é preciso deixar claro que a reforma não gera desemprego.

Ela pode até levar a algum deslocamento de trabalhadores de setores menos eficientes para setores mais eficientes - o que é bom, pois tende a elevar os salários. O que a reforma gera é crescimento - beneficiando todos os setores, mas sobretudo o setor de serviços, que é o que mais cresce quando aumenta a renda da população.

O momento é de decisão política sobre o que queremos para o Brasil: um país mais justo e eficiente ou um país em que a defesa de interesses de setores pretensamente prejudicados torna o País mais desigual e reduz o crescimento.

O que a **reforma tributária** gera é crescimento - beneficiando sobretudo o setor de serviços

Síte: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária, o abraço dos afogados (Artigo)

*Ricardo Almeida é professor na pós-graduação em
Direito Tributário na Uerj*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Isenção para gasolina pode custar R\$ 27 bi

O presidente Jair Bolsonaro esquentou a "guerra" política travada no governo para a adoção de novas medidas capazes de segurar o impacto nas bombas da alta do preço do petróleo. Ao acenar com a redução, também, de **tributos** sobre a gasolina, ao custo de quase R\$ 27 bilhões aos cofres públicos, o chefe do Executivo deixou claro que vai passar por cima da orientação da equipe econômica de não bancar uma desoneração indiscriminada. Ele ainda culpou o Senado por não ter aprovado, na semana passada, a medida junto com o corte de **tributos** do diesel.

Segundo o presidente, um projeto de lei complementar poderá ser encaminhado para impedir que todo o reajuste concedido pela Petrobras chegue às bombas. Ele também já avisou aos auxiliares que pretende aumentar o vale-gás. Hoje, o governo banca 50% do preço médio do botijão (13kg) para cada família de baixa renda que recebe o Auxílio Brasil. Bolsonaro quer que o programa pague o preço de todo o gás.

O impacto da desoneração da gasolina poderá alcançar R\$ 23,84 bilhões de PIS e Cofins e mais R\$ 3,01 bilhões da Cide, contribuição que incide sobre os combustíveis. Já o vale-gás tem custo de R\$ 1,9 bilhão. Os cálculos são do Ministério da Economia, que vê a redução maior de **impostos**, abarcando também a gasolina, com grande risco e pouca eficiência.

Uma preocupação adicional é a retirada da desoneração com a eventual melhora do cenário internacional que estabilize a volatilidade de preços do petróleo. Na área de incentivo tributário, a máxima em Brasília é de que é mais fácil conceder e muito difícil acabar com ele.

Cuidado com os subsídios (Editorial)

Correio Braziliense

Não há dúvidas de que os reflexos do mega-aumento dos preços dos combustíveis serão pesados para a economia, sobretudo diante do fato de, no país, quase 90% das mercadorias transitarem por estradas. Das bombas dos postos aos alimentos que chegam às mesas dos consumidores, tudo ficará mais caro. Para se ter uma ideia do tamanho do estrago, basta ver o resultado da pesquisa Focus divulgada ontem pelo Banco Central. Os mais de 100 analistas ouvidos pela instituição elevaram, em apenas uma semana, as projeções de inflação deste ano de 5,65% para 6,45%. Também subiram as estimativas para 2023 e 2024. Trata-se de um quadro para lá de preocupante.

Nesse contexto, é natural que o governo e o Congresso se mobilizem para tentar conter a arrancada dos preços dos combustíveis. E isso foi feito na semana passada, com a aprovação, pelo Legislativo, e a sanção, pelo presidente da República, do projeto de lei que reduziu impostos federais e estaduais sobre o diesel, o biodiesel, o gás de cozinha e o querosene de aviação. A medida valerá até o fim deste ano, tempo que se espera que o mercado internacional de petróleo retorne à normalidade com o esperado fim da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Só a União abrirá mão de mais de R\$ 20 bilhões em tributos nesse período. São tempos de emergência. Não há o que se questionar.

Contudo, é descabido o desejo eleitoral de Jair Bolsonaro de também zerar os tributos, mesmo que temporariamente, da gasolina, de olho em mais votos à reeleição em outubro próximo. Além de ser pouco eficiente, a medida, na verdade, só beneficiaria as classes média e alta, cujos integrantes fazem questão de não abrir mão dos carros, mesmo que seja para ir à esquina mais próxima. Por que não se fala em subsidiar a população mais pobre por meio do transporte público ou mesmo para os fretes de mercadorias? Isso, até agora, não foi aventado. Outro ponto importante: depois que se dá subsídios, é muito complicado retirá-los, especialmente em se tratando de um grupo de privilegiados barulhentos.

O que acontece hoje no Brasil deixa isso bem claro: quase 4% do Produto Interno Bruto (PIB) são gastos com subsídios a diversos segmentos da economia todos os anos. Por mais promessas que o governo faça de que cortará esses benefícios, nada avança, pois os lobbies em Brasília são pesados. A renúncia fiscal continua mesmo não se comprovando o retorno

para a sociedade. Poucos ganham muito. E não será diferente se o Tesouro Nacional for obrigado a subsidiar gasolina, um combustível sujo, agressor do meio ambiente. O ministro da Economia, Paulo Guedes, está certíssimo em se posicionar contra tal aberração. Nas contas dele, a União perderia cerca de R\$ 27 bilhões até o fim de 2022.

Em meio ao clima conturbado, contaminado pelas eleições, a pressão por mais subsídios só tende a aumentar. É preciso que os gestores públicos não se deixem levar por interesses pessoais na hora de tomar decisões. Os conflitos no Leste Europeu realmente desarranjaram o mundo, que tentava se recuperar de uma dramática pandemia, e isso exigirá medidas emergenciais para enfrentar a disparada da inflação e manter a economia funcionando o mais próximo possível da normalidade. Mas que tudo seja feito com transparência e racionalidade. Medidas eleitoreiras e sem critérios técnicos custam muito caro e comprometem o futuro. O Brasil já errou demais. Repeti-los é insanidade.

Empresa olhou sofrimento das famílias, afirma Silva e Luna

Vinicius Sassine

O presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, disse à Folha que os reajustes nos preços dos combustíveis se deram num contexto de duas "guerras" contínuas e levaram em conta o sofrimento de famílias pobres e a economia do país.

Desde o anúncio dos reajustes para as distribuidoras, na última quinta-feira (10), o general vem sendo criticado pelo Palácio do Planalto.

No sábado (12), o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou: "A Petrobras demonstra que não tem qualquer sensibilidade com a população. É Petrobras Futebol Clube e o resto que se exploda."

Silva e Luna foi indicado por Bolsonaro para comandar a Petrobras. A indicação tem pouco mais de um ano.

O mega-aumento anunciado pela Petrobras foi de 18,8% no preço da gasolina, de 24,9% para o diesel e de 16,1% para o gás de cozinha vendido às distribuidoras.

"No contexto de duas 'guerras' continuadas (Covid e Leste Europeu), a análise da empresa foi muito mais sensível e entraram outras variáveis na equação (todas considerando o sofrimento pelo qual já vêm passando as famílias mais carentes e a própria economia do país)", disse Luna à Folha, por mensagem, na tarde desta segunda (14).

O presidente da Petrobras se refere à pandemia e à guerra entre Rússia e Ucrânia, causada pela invasão do primeiro país ao segundo.

A reportagem questionou se os reajustes foram tratados de alguma forma na reunião que ocorreu no Palácio do Planalto na terça (8), diante de apontamentos de defasagem no preço dos combustíveis, mesmo com os aumentos praticados em seguida. Participaram do encontro o presidente da Petrobras, ministros do governo e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

"Não trato com ninguém sobre reajuste de preços. Esse tema é tratado tecnicamente dentro da empresa", disse o general.

A estatal ficou 57 dias sem mexer nos preços da gasolina e do diesel. O último reajuste havia ocorrido em 12 de janeiro. No caso do gás de cozinha, foi o primeiro reajuste após 152 dias.

A Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis) estima que os preços dos combustíveis seguem defasados, em razão principalmente das consequências da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O presidente da Petrobras não quis comentar as críticas de Bolsonaro nem as perspectivas de permanência no cargo.

O chefe do Executivo vê no preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha um complicador para a sua campanha pela reeleição. As falas do presidente são calculadas nesse sentido e buscam dissociar sua responsabilidade do impacto desses preços na **inflação**.

Em suas críticas públicas, Bolsonaro manifestou incômodo com o fato de o anúncio dos reajustes ter ocorrido antes de o Congresso aprovar um projeto de lei que cortou **tributos** sobre o diesel. O texto zerou os **impostos** federais PIS e Cofins sobre o combustível e limitou a cobrança de ICMS.

O presidente tem o hábito de dizer que não interfere na Petrobras e que apenas dá palpites a Silva e Luna. "São sugestões apenas", afirmou no sábado.

Questionado sobre a possibilidade de demitir o general, Bolsonaro afirmou: "Todo mundo tem possibilidade de ser trocado, exceto o vice-presidente e o presidente da República."

Quando foi indicado ao cargo, em fevereiro de 2021, Silva e Luna negou a possibilidade de interferência de Bolsonaro na estatal. "Jamais haverá ingerência do presidente", disse o general à Folha no dia 20 daquele mês.

Naquele momento, ainda sem a confirmação da indicação ao cargo de presidente pelo Conselho de Administração da Petrobras, Silva e Luna afirmou que "uma empresa está no meio da sociedade", no sentido de que não pode ficar imune às demandas sociais. "O rei que mora no castelo, quando sai do castelo, ele vai andar na rua", disse.

Os reajustes nos preços dos combustíveis entraram em vigor na sexta (11). Segundo o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), foram os maiores aumentos desde a vigência da atual política de preços, iniciada em 2016.

Essa política é baseada nos valores praticados no mercado internacional, em que o PPI (preço de paridade de importação) é uma referência.

De olho na disputa eleitoral, Bolsonaro tem se queixado publicamente dessa política de preços. Ele afirmou que o lucro da Petrobras é "absurdo" e que o momento é "atípico" no mundo, em referência à guerra empreendida pela Rússia.

Somente em 2022, o preço da gasolina vendida pela Petrobras acumula alta de 24,5%. O do diesel, 35%.

Para o vice-presidente Hamilton Mourão, provável excluído da chapa de Bolsonaro na disputa pela reeleição, Silva e Luna é "resiliente" e "aguenta a pressão".

"Intervenção no preço é algo que a gente sabe como começa e o término é sempre uma bagunça", disse o vice, que também é general da reserva.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

50

Economia fala em ampliar Auxílio, mas Planalto quer desonerar gasolina



Os ministros João Roma, da Cidadania, e Paulo Guedes, da Economia. Foto: Edu Andrade - 13.set.21/Ascom/Ministério da Economia

Julia Chaib Idiana Tomazelli Marianna Holanda

Em mais um bate-cabeça no governo na crise dos combustíveis, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) cogita um aumento temporário no valor do Auxílio Brasil como alternativa à desoneração de **tributos** federais sobre a gasolina, mencionada neste fim de semana pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

A opção de turbinar o benefício à população é por ora rechaçada no Palácio do Planalto e por outras alas do governo, que veem no corte de **tributos** sobre a gasolina uma maneira de aliviar a pressão sobre o bolso de taxistas, motoboys e motoristas de aplicativo -categorias que fazem parte da base eleitoral do presidente.

Já na equipe econômica, a ampliação do benefício tem a preferência dos técnicos porque seria uma medida mais focalizada. A desoneração acabaria alcançando também famílias de média e alta renda.

Por outro lado, o ministro da Cidadania, João Roma, diz que não há estudo a respeito de elevar o valor do benefício. "Desconheço qualquer tratativa a respeito do aumento do Auxílio Brasil", afirmou Roma à Folha. A pasta é responsável pelo programa social.

Qualquer iniciativa, porém, dependerá dos desdobramentos da guerra entre Rússia e Ucrânia, defendem interlocutores de Guedes. A escalada do conflito manteria a pressão sobre os preços

internacionais de petróleo e sobre o dólar, justificando medidas complementares para segurar o impacto nas bombas e até a decretação de calamidade.

O Congresso já deu aval ao corte das alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel e o gás de cozinha, mas ministros da ala política têm defendido novas ações imediatas para conter o preço dos combustíveis.

No sábado (12), Bolsonaro afirmou que poderia enviar um novo projeto para ampliar a desoneração também para a gasolina.

"Estava previsto fazer algo semelhante com a gasolina, o Senado resolveu mudar na última hora, caso contrário nós teríamos um desconto também na gasolina, que está bastante alta. Estudo a possibilidade de projeto de lei complementar, com pedido de urgência, estudo, né, para a gente fazer a mesma coisa com a gasolina", disse.

A Economia, porém, teme uma desorganização das contas públicas. Zerar alíquotas de PIS/Cofins sobre a gasolina custaria R\$ 23,8 bilhões. Um corte na Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) poderia resultar em renúncia de outros R\$ 3 bilhões.

Guedes tenta ganhar tempo na expectativa de o conflito na Europa arrefecer, reduzindo a pressão sobre petróleo e câmbio.

A avaliação na equipe do ministro é que é preciso aguardar os efeitos da Lei Complementar 192, que reduziu PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel e querosene de avaliação, além de ter mudado a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis.

Na visão dos técnicos da Economia, não há necessidade no momento de implementar medidas adicionais. Interlocutores de Guedes citam que a cotação do petróleo no mercado internacional tem dado algum alívio, o que reforçaria essa avaliação.

Por outro lado, o chefe da equipe econômica já admitiu publicamente a possibilidade de decretar calamidade caso a guerra persista, o que permitiria a Bolsonaro abrir os cofres em ano de eleições. A própria legislação eleitoral permite a ampliação de gastos em caso de calamidade.

Nesta segunda, porém, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), descartou essa possibilidade. "Na verdade, "orçamento de guerra", ou aquilo que o ministro Paulo Guedes aponta como apertar o botão da calamidade são situações extremas, que só são pensadas em momentos de uma crise mais aguda", disse em Belo Horizonte, onde participou do evento Conexão Empresarial.

"Nesse momento, não está na mesa para ser negociada", afirmou, defendendo uma solução por meio da União entre o Executivo e o Legislativo para conter o problema, a partir de uma "rotina comum de aprovação dos projetos" no Congresso.

Integrantes do governo dizem que o presidente quer dar uma resposta à parcela do seu eleitorado que é composta por motociclistas, taxistas e motoristas de aplicativo, que são afetados pela alta da gasolina. Esse público até agora não foi beneficiado pela desoneração do diesel.

Auxiliares de Bolsonaro avaliam que um aumento no Auxílio Brasil não alcançaria essa população, já que o benefício é voltado para famílias de baixa renda. Hoje, o programa paga ao menos R\$ 400 a 17,5 milhões de famílias.

A saída defendida por esse grupo são medidas que impactem o preço dos combustíveis de um modo geral, de forma a minimizar os efeitos da alta também para brasileiros de classe média.

A gasolina é o subitem de maior peso no cálculo da **inflação**. No ano passado, o combustível registrou uma alta de 47,49%, contribuindo para a alta de 10,06% do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2021. A **inflação** oficial foi a maior desde o governo Dilma Rousseff (PT).

Bolsonaro tem se preocupado com o peso da gasolina na evolução dos preços e no bolso dos consumidores. No sábado, o próprio presidente contou que conversou com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para saber o quanto a alta na gasolina influencia na **inflação**.

O presidente do Senado, por sua vez, vem defendendo que a Petrobras, enquanto estatal, assuma responsabilidade nas tentativas de se conter a escalada de preços de combustíveis.

"A Petrobras tem hoje uma lucratividade na ordem de três vezes mais do que as suas concorrentes, dividendos bilionários, e óbvio que isso é muito bom que aconteça. Mas isso não pode acontecer sob o sacrifício da população brasileira, que abastece os

seus veículos ou que precisa do transporte coletivo", afirmou nesta segunda.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850>

Gasolina mais cara cria chance para nova política de mobilidade urbana



Nabil Bonduki

O tarifaço nos combustíveis poderia ser uma excelente oportunidade para o Brasil implementar uma nova política de mobilidade urbana, integrada com a transição ecológica nas cidades, iniciativa essencial em tempos de emergência climática, e com a redução das desigualdades.

Lamentavelmente, a ausência de um pensamento urbanístico e ambiental no governo federal, que já era frágil nos tempos do Ministério das Cidades (2003-2018) e que agora, com a sua extinção, é praticamente inexistente, faz com que a política de mobilidade sequer seja colocada em pauta nesse momento.

O debate sobre subsídios e/ou redução de **impostos** nos combustíveis está restrito às áreas econômica e política do governo e do Congresso, ou seja, à preocupação com o equilíbrio fiscal e à tentação populista, todos buscando amenizar o impacto do aumento dos preços ao consumidor, gerado pela equivocada paridade com o mercado internacional do petróleo.

E o debate restrito à contraposição entre os liberais, que defendem que essa política de preços, estabelecida pelo governo **Temer**, e os intervencionistas, que apoiam a intervenção para regular os preços, como vinha sendo feito nas gestões do PT.

Se o governo contasse com um ministério que formulasse uma política inovadora para as cidades e que tivesse força para impor essa visão, esse poderia ser o momento ideal para se promover uma diferenciação radical na estrutura nos preços da gasolina e do diesel, capaz de promover uma alteração da lógica de mobilidade nas cidades. Infelizmente, isso sequer tem sido ventilado.

Parece haver certo consenso no país, apesar das discor-dâncias de alguns setores mais liberais, de que se deve aliviar o tarifaço dos combustíveis com subsídios e/ou com isenção tributária.

Ora, se o país está disposto a abrir mão de receitas, então deveria aproveitar a oportunidade para usar esses recursos como um instrumento de política urbana, beneficiando de forma expressiva o transporte coletivo e o de carga, itens que têm grande peso na **inflação**, sobretudo da população de baixa renda, ao mesmo tempo em que pode desestimular o uso do automóvel com grandes ganhos para as cidades e o ambiente.

A proposta é simples, mas seu impacto seria importante: todos os recursos disponíveis para subsídio e isenção deveriam ser destinados ao diesel, enquanto que o preço da gasolina seguiria definido sem interferência governamental.

Gasolina mais cara, embora desagrade à classe média e aos setores mais privilegiados da sociedade (em São Paulo, 32% das viagens são feitas por automóveis) é uma excelente medida para promover o uso mais racional dos carros, incentivando o transporte coletivo e a mobilidade ativa, reduzindo os congestionamentos, a poluição e a emissão de gases de efeito estufa.

Mesmo com o tarifaço, o preço da gasolina no Brasil (US\$ 1,28, ou R\$ 6,43) está próximo da média mundial (US\$ 1,29). O país ocupa a 81ª posição em um ranking formado por 170 países pesquisados pelo GlobalPetrolPrices. Essa posição pode se alterar se for considerado o poder aquisitivo médio da população, mas em relação à renda dos proprietários de carros, não muda muito.

Embora os **impostos** sobre a gasolina sejam altos no Brasil (antes das mudanças na tributação estadual promovida na semana passada, variavam de 34% em São Paulo a 43% no Rio de Janeiro), eles ficam bem abaixo dos países europeus, onde a carga tributária sobre a gasolina supera 50%.

Em países como a Noruega, Dinamarca, Holanda e Alemanha, a gasolina é a mais cara do mundo, chegando a US\$ 2,7 (R\$ 13,57) na Noruega e a

US\$2,4 (R\$ 12,06) na Dinamarca, país que é autossuficiente em petróleo.

A carga tributária elevada objetiva desestimular o uso de combustíveis fósseis, pre ocupação que também deveria ser do Brasil.

Ao deixar de usar recursos públicos para sustentar os proprietários de automóveis, cuja frota é de 58 milhões de veículos, aumentaria muito a capacidade governamental de subsidiar ou promover isenção tributária ao diesel.

Os maiores beneficiados seriam o sistema de ônibus urbano e interurbano (1,1 milhões de ônibus e micro-ônibus), o transporte de carga (2,9 milhões de caminhões) e outros veículos utilizados para a produção.

As frotas dos veículos a diesel são muito menores do que os movidos a gasolina, mas o número de passageiros transportados pelos ônibus é maior do que os que utilizam carros, enquanto a carga tem uma importância essencial na economia do país.

É injustificável tratar ônibus e caminhões da mesma maneira que os carros, como está sendo feito pelo governo e Congresso.

Não saberia dizer em quanto seria possível reduzir a tributação do diesel, mas os benefícios seriam enormes, arrefecendo o impacto inflacionário provocado pelo custo da carga e o custo do transporte coletivo, que é sustentado pela tarifa paga pelos mais pobres e, ainda, pelos municípios que subsidiam o sistema. São Paulo gasta mais de R\$ 3 bilhões por ano para sustentar o transporte coletivo.

Após o tarifaço, o peso do diesel no custo dos ônibus urbanos chegou a 30%, agravando o colapso do sistema que vem perdendo passageiros para os motoristas por aplicativos. A pandemia provocou uma queda de receita que ainda não foi mais recuperada.

Sem uma política governamental que seja mais incisiva para apoiar o transporte coletivo, que é um serviço essencial em qualquer cidade civilizada, com um mínimo de qualidade de vida, o sistema irá se desestruturar.

E isso pode ser evitado, reduzindo-se o custo do diesel e ampliando-se o número de usuários com tarifas mais competitivas frente ao custo dos aplicativos.

Se, por um lado, é necessário haver uma política pública para arrefecer o impacto do tarifaço dos combustíveis, não se deve repetir o equívoco que ocorreu nos governos do PT, cujo elevado subsídio

aos automóveis e à gasolina dificultou uma mudança mais estrutural na mobilidade, que sempre privilegiou os automóveis em detrimento do transporte coletivo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850&anchor=6451930&pd=80449627bc18cd0e6eb3956774129241>

Isenção para gasolina, defendida por Bolsonaro, pode ter custo de R\$ 27 bi

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro jogou gasolina na fogueira da "guerra" política travada no governo para a adoção de novas medidas para segurar o impacto da alta do preço do petróleo na bomba dos consumidores. Ao acenar no sábado passado com a redução também de **tributos** sobre a gasolina, ao custo de quase R\$ 27 bilhões aos cofres públicos, Bolsonaro deixou claro que vai passar por cima da orientação da equipe econômica de não bancar uma desoneração indiscriminada. Ele ainda culpou o Senado por não ter aprovado, na semana passada, a medida com o corte de **tributos** do diesel.

Segundo o presidente, um projeto de lei complementar poderá ser encaminhado para impedir que todo o reajuste concedido pela Petrobras chegue às bombas dos postos. O presidente também já avisou aos auxiliares que pretende aumentar o vale-gás. Hoje, o governo banca 50% do preço médio do botijão (13 quilos) para cada família de baixa renda que recebe o Auxílio Brasil. Bolsonaro quer que o programa pague o preço de todo o gás.

O impacto da desoneração da gasolina poderá alcançar R\$ 23,84 bilhões de PIS e Cofins e mais R\$ 3,01 bilhões da Cide, contribuição que incide sobre os combustíveis. Já o vale-gás tem custo de R\$ 1,9 bilhão. Os cálculos são do Ministério da Economia, que vê a redução maior de **impostos**, abarcando também a gasolina, com grande risco e pouca eficiência.

Uma preocupação adicional é a retirada da desoneração com a eventual melhora do cenário internacional que estabilize a volatilidade de preços do petróleo depois que a Rússia invadiu a Ucrânia. Na área de incentivo tributário, a máxima em Brasília é a de que é mais fácil conceder e muito difícil acabar com ele. Um problema com potencial de espirrar para o próximo presidente, em 2023, se a desoneração valer até o fim do ano.

O Congresso já aprovou a desoneração do diesel, do biodiesel, do GLP e, na última hora, do querosene de aviação. O custo de perda de arrecadação seria perto de R\$ 20 bilhões.

RESPONSABILIDADE FISCAL. Como ocorreu com o

diesel, o projeto visa a afastar a necessidade de o governo compensar a desoneração da gasolina com alta de outros **tributos** como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como mostrou o Estadão, a pressão para a desoneração da gasolina é crescente, como segue forte o lobby das empresas de transporte público, e para corte de **tributos** do etanol.

O lobby das empresas aéreas para a desoneração do querosene, capitaneado pela Azul Linhas Aéreas, foi bem-sucedido, ao custo de R\$ 317 milhões em arrecadação.

O governo também já decidiu pela redução dos **impostos** do frete marítimo, que diminuirá em cerca de R\$ 4 bilhões por ano. A medida tem apoio do ministério porque reduz o custo da importação de insumos. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, antecipou que vai "eliminar e remover" **impostos** na importação de insumos.

Além dessa orientação de Guedes para o corte de **tributos**, o ministério prefere focar na concessão de subsídios - no caso de a medida prevalecer como querem aliados do presidente - para a população mais pobre via o programa Auxílio Brasil e na concessão de uma bolsa-caminhoneiro.

Ainda assim, há dúvidas em relação à viabilidade desse tipo de subsídio em ano de eleições, sem ferir a lei eleitoral.

Na disputa pela reeleição, o presidente aumentou a pressão pela desoneração da gasolina e pela adoção de um subsídio temporário porque recebeu informações de que a desoneração do diesel terá pouco impacto na bomba, já que dificilmente o corte de **tributos** será repassado integralmente.

Um dos argumentos para não repassar ao consumidor é de que o estoque foi comprado com preço mais alto. Por outro lado, o movimento para aumentar o corte de **tributos** chamou a atenção dos investidores do mercado financeiro para o risco às contas públicas.

Intervenção de preços na Petrobras acaba em "bagunça", diz Mourão

Em mais um sinal de distanciamento em relação ao presidente Jair Bolsonaro (PL), o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB, mas de mudança para o Republicanos) saiu em defesa do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, e criticou a possibilidade de intervenção nos preços dos combustíveis. "Intervenção no preço é algo que a gente sabe como começa, e o término sempre vai ser uma bagunça", declarou.

Mourão disse que Silva e Luna, "como um bom nordestino, aguenta pressão", e afirmou que "solucionada a situação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a tendência é de que o preço volte aos níveis anteriores".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com guerra, importadores do Brasil têm dificuldade de comprar diesel

DENISE LUNA FERNANDA NUNES

A guerra entre Rússia e Ucrânia mudou a dinâmica do mercado internacional de combustíveis.

A escassez de oferta tirou de cena os pequenos importadores no Brasil, e até mesmo as grandes empresas sentem a redução de oferta de produtos, especialmente no segmento de óleo diesel. O cenário reflete o apetite da Europa em fazer estoques para evitar apagão no caso de um corte de gás mais intenso da Rússia, já que o diesel pode ser um substituto para o gás. A maior parte desses estoques é comprada dos EUA.

Para trazer diesel para o Brasil, o importador hoje tem de pagar caro, e já aconteceu de nem assim encontrar o produto, afirmou Nelson Ostanello, presidente no Brasil da Greenenergy, maior distribuidora de combustíveis do Reino Unido que tem escritório no Brasil.

"A Europa está pegando diesel do mundo todo. Mais de 50% do diesel consumido na Europa tem origem russa, temos no momento um problema seriíssimo de abastecimento de diesel", disse Ostanello.

A maioria do diesel importado pelo Brasil vem do Golfo do México, que com a guerra tem destinado o combustível para a Europa e cobrado um prêmio alto por isso. Ostanello afirmou que há cerca de 15 dias o diesel estava com desconto, mas, com a guerra, o setor passou a cobrar um prêmio de US\$ 0,30 acima do preço. "O galão de diesel que estava US\$ 3,20 agora está entre US\$ 3,50 e US\$ 3,60", disse o executivo.

Para o Brasil, a notícia é pior, levando em conta que a safra da cana, que movimenta bilhões de litros de diesel todo ano, começa no final de março e entra por abril. Mesmo com os recentes incentivos anunciados pelo governo para o diesel, como isenção de **impostos** federais e mudanças no ICMS, o preço deve permanecer alto para os caminhoneiros brasileiros, que já começam a se movimentar para uma possível greve, a exemplo do que ocorreu em 2018.

"Na minha opinião essa situação da importação vai se agravar. O Brasil precisa importar 25% da demanda, e

a Petrobras deixou o preço tão defasado no passado recente, que ninguém tinha coragem de trazer de fora, nem a própria Petrobras trouxe (diesel)", explicou Ostanello, informando que a defasagem do diesel chegou a R\$ 2,50 antes do aumento anunciado pela estatal no último dia 11, o que impediu a formação de estoques.

ESCASSEZ. Segundo fontes, até mesmo os grandes importadores do País estão com dificuldade de importar diesel pela baixa oferta, o que pode comprometer o abastecimento.

Mesmo com preço alto, o número de ofertas a cada anúncio de compra do combustível foi fortemente reduzido.

Normalmente, quando era feito o pedido de compra de diesel aparecia oferta de mais de 20 navios, agora são no máximo dois ou três, explicou um grande importador.

De acordo com o especialista em gerenciamento de risco da consultoria Stonex, Pedro Shinzato, os estoques de diesel nos EUA estão próximos das mínimas históricas, e a situação na Europa pode estar ainda pior, apesar de não haver estatística aberta como no mercado americano.

"A grande questão é que a Rússia é uma grande fornecedora de diesel para Europa, e agora as tradings europeias estão reduzindo a importação de produto russo e aumentando a importação de produto americano", explicou o analista.

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, também disse que, apesar de o preço do petróleo estar cedendo no mercado internacional, o diesel não tem registrado recuo. Representante das médias e pequenas importadoras de combustíveis, ele vê a janela de importação completamente fechada no momento. "Converso com nossos agentes, e eles dizem que não está fácil negociar óleo diesel para o Brasil, está caro e não tem fácil no mercado, está muito restrito." A defasagem entre os preços do diesel vendido pela Petrobras nas suas refinarias brasileiras em relação ao mercado internacional saiu de uma diferença de 24% no dia 10 de março para 4% no dia 11, após o aumento divulgado pela estatal na última

quinta-feira.

Com a piora da oferta de diesel no mercado externo, a defasagem voltou a subir e já registrava 7% ontem.

Vaivém

24% era a diferença entre o valor do óleo diesel vendido pelas refinarias da Petrobras e o mercado internacional em 10 de março

4% foi para quanto caiu essa diferença no dia 11, após o aumento de 24,9% no combustível

7% já era a diferença do produto vendido pela Petrobras e o mercado externo ontem, o que pode demandar novos reajustes de preços pela estatal

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cenário econômico piora com a guerra - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Cenário econômico piora com a guerra

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro volta a culpar governos estaduais por preço alto da gasolina

Matheus Schuch De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163

Venezuela faz Roraima exportar como nunca

Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163

Contribuinte já pode fazer declaração pré-preenchida

Cristiane Gercina

A **Receita Federal** decidiu antecipar a liberação da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2022. A nova funcionalidade, que estaria disponível a partir desta terça (15), já pode ser acessada pelos contribuintes que possuam conta gov.br nível prata ou ouro.

Ao todo, 10 milhões de cidadãos conseguirão acesso ao documento, disponível nas seguintes plataformas:

Online, no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**)

Pelo programa instalado no computador

Pelo celular ou tablet com o app Meu Imposto de Renda

Segundo o fisco, a declaração pré-preenchida, que é uma novidade do IRPF 2022, possui informações sobre rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas previamente informadas pelos órgãos responsáveis, sem a necessidade de digitação. A confirmação ou correção dos dados, no entanto, é de responsabilidade do contribuinte.

Balanço da Receita mostra que, até as 11h desta segunda-feira (14), 3,020 milhões já declararam o IR 2022. O prazo para entregar a declaração começou há uma semana, na segunda-feira (7), e vai até as 23h59 do dia 29 de abril. Neste ano, 34,1 milhões devem declarar.

O contribuinte que é obrigado prestar contas e perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74. Neste ano, o período para entregar o documento será mais curto, pois o programa de preenchimento e envio só foi liberado uma semana após o habitual. Em anos anteriores, o prazo começava a contar a partir de 1º de março e o programa era liberado dias antes.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda 2022 o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis de mais de R\$ 28.559,70 em 2021, o que inclui salário, aposentadoria e pensão, por exemplo. Se ganhou rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil também está obrigado a declarar.

Quem teve movimentações na Bolsa de Valores, passou a morar no país em 2021 e aqui estava em 31 de dezembro ou teve lucro com a venda de bens e direitos no ano também entra na lista de obrigatoriedade, assim como quem tinha, em 31 de dezembro de 2021, bens e direitos que somavam mais de R\$ 300 mil.

O primeiro passo é baixar o programa do Imposto de Renda, que está disponível no site da Receita (confira aqui o passo a passo de como fazer o download). Quem declara no mesmo computador usado no ano passado consegue importar os dados da declaração de 2021.

Tanto contribuinte que declara pela primeira vez quanto quem já prestou contas em anos anteriores precisa escolher o tipo de declaração: se é de ajuste anual, espólio ou saída definitiva do país. Depois disso, preencha a ficha de identificação do contribuinte. Não se esqueça de informar endereço, telefone celular e ocupação principal, além de outros dados que o sistema pedir.

A próxima ficha a ser preenchida é a de rendimentos. Quem tem ou teve emprego com carteira assinada ou o autônomo que recebeu pagamentos de pessoa jurídica declara em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ". Se a renda veio de pessoa física, declare em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior".

Informe se há dependentes na ficha específica. Neste caso, há direito à dedução por dependente, conforme a legislação. Depois, é hora de informar os bens e os gastos. Imóvel e automóvel, sejam quitados ou financiados, vão na ficha "Bens e Direitos". Há um código para cada uma deles, dentro de grupos específicos criados pela Receita.

Forma de tributação define como informar saque de PGBL

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

A informação de saque de previdência do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) depende da forma de tributação escolhida (progressiva ou regressiva). Veja esta e outras dúvidas sobre o IR deste ano.

*

Como declaro saque total em plano de previdência na modalidade PGBL? (R.Q.). Declare conforme o comprovante de rendimentos fornecido pela entidade onde estava seu plano. Se a tributação era pela tabela progressiva, informe na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular. Indique nome, número do CNPJ da fonte pagadora, valor total resgatado e o IR retido. Se era pela tabela regressiva, informe na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva, código 12. Informe o nome e o CNPJ da fonte pagadora, a descrição e o valor líquido resgatado, já descontado o IR.

Meus filhos têm um imóvel alugado e o contrato foi feito em nome dos dois, mas a imobiliária enviou o informe de rendimentos apenas em nome de um. Como declarar- nesse caso? (A.V.). Como o contrato de locação discrimina a porcentagem do aluguel que cabe a cada um, eles poderão informar em suas declarações os rendimentos proporcionais (50% para cada um, por exemplo). Solicite à imobiliária que forneça novos informes de rendimentos, conforme descrito no contrato de locação, com o valor recebido individualmente por eles.

Ganhei precatórios do **INSS** e recebi um valor expressivo. Como declaro? (E.C.). Os precatórios devem ser informados na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente. Faça a opção pela tributação entre Ajuste Anual ou Exclusiva na Fonte. Na primeira, o IR retido na fonte (3%) poderá ser compensado com o devido na declaração. Na segunda, os rendimentos serão tributados exclusivamente na fonte (esta tende a ser a mais vantajosa). Informe, nos campos correspondentes, o nome e o CNPJ da fonte pagadora, o valor recebido, o número de meses e o IR retido na fonte, entre outras informações, conforme o comprovante de rendimentos fornecido pela fonte pagadora.

Eu e minha ex-mulher tínhamos cinco imóveis, todos incluídos em minha declaração até 2021. No ano passado, fizemos a partilha, homologada por sentença judicial. Dois imóveis ficaram para mim, um ficou para ela e dois serão divididos entre nós. Como declaro? Como ficam as benfeitorias já declaradas nesses imóveis? (C.R.A.M.). O imóvel que estava na sua declaração, e que foi para a sua ex-mulher, deve constar apenas na coluna 2020 (deixe em branco a de 2021) da ficha Bens e Direitos. Na coluna Discriminação, informe que ele foi passado para ela, bem como indique os dados constantes da sentença judicial que formalizou a operação. No caso dos imóveis que você passou a compartilhar com ela, repita os valores da coluna de 2020; na de 2021,

informe a metade desse valor. No campo Discriminação, informe ter 50% de cada um. As benfeitorias já declaradas nos imóveis seguem a mesma orientação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850>

Subsídio só por calamidade



ROSANA HESSEL

Após o presidente Jair Bolsonaro (PL) admitir lançar mão de subsídios para conter a alta do preço dos combustíveis, o ministro da Economia, Paulo Guedes, evitou, ontem, dar declarações contrárias à do chefe, mas, na pasta, a palavra de ordem é não aprová-los. Segundo interlocutores, Guedes considera, no entanto, a hipótese da criação de uma subvenção "para um suposto estado de calamidade".

Conforme informou uma fonte do governo, o ministro pode considerar essa possibilidade cogitada pelo presidente se a guerra na Ucrânia continuar por mais semanas e "o impacto for devastador no mundo, e não apenas no Brasil", fazendo o petróleo atingir novos patamares recordes, como ocorreu recentemente, quando o barril chegou a US\$ 139, o maior valor em 14 anos.

A equipe econômica está preocupada com os impactos negativos de novos subsídios para conter a alta dos combustíveis, como risco de romper o teto de gastos, o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além dos efeitos indiretos no câmbio, valorizando o dólar, e na **inflação**.

Modulação

A torcida no ministério é para que o preço do petróleo continue baixando. "Estamos trabalhando para o que o fator externo, a guerra, não impacte no mercados. Estamos modulando ações", disse uma fonte do governo.

Na sexta-feira, Bolsonaro sancionou a lei que muda a regra do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e zera a alíquota de PIS/Cofins incidente no óleo diesel, com impacto de R\$ 0,33 no litro, do lado da União, e R\$ 0,27 no litro,

do lado dos estados, pelas estimativas de Guedes. O imposto para o querosene de aviação também foi zerado. O efeito potencial do projeto deve ser em torno de R\$ 20 bilhões. A tributação federal sobre os combustíveis custa em torno de R\$ 60 bilhões por ano.

Projeções desafiam meta para inflação



ROSANA HESSEL

O impacto da guerra no Leste Europeu chegou ao consumidor brasileiro, após o megarreajuste da Petrobras em vigor desde sexta-feira. E tudo indica que a situação vai piorar. O boletim semanal Focus, do Banco Central, apresentou forte deterioração das previsões do mercado, com as perspectivas para o custo de vida cada vez mais desancoradas das metas de **inflação**. Analistas não descartam mudanças da meta se não houver controle da carestia nos próximos meses.

O boletim semanal Focus, do Banco Central, surpreendeu ontem. Pela nona vez consecutiva, a mediana das estimativas do mercado para a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano foi corrigida para cima. Mas, nesta segunda-feira, disparou de 5,65% para 6,45%. E, para 2023, a mediana das previsões passou de 3,51% para 3,70%, patamar que inspira preocupação.

O consenso entre analistas do mercado é de que o Banco Central não conseguirá entregar o IPCA abaixo do teto determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) neste ano. Será um constrangimento para o BC, que precisará admitir o fracasso na política monetária pelo segundo ano consecutivo. O mercado avalia que, devido ao choque nos preços das commodities provocado pela guerra, as pressões inflacionárias são persistentes e indicam que, em 2023, há chances de a **inflação** também ficar acima da meta.

A meta de **inflação** deste ano é de 3,5%, com teto de 5% e, no ano que vem, recua para 3,25%, com limite superior de 4,75%. Não à toa, a mediana das projeções do Focus para a taxa básica da economia (Selic), passou de 12,25%, na semana passada, para

12,75% nesta semana. Contudo, analistas reconhecem que os juros ainda podem ficar acima de 13% ou até mesmo chegar a 14%, dependendo dos desdobramentos da guerra no Leste Europeu. Eles ainda admitem que o ciclo de aperto monetário, iniciado pelo BC em março de 2021, deverá ser mais prolongado do que o esperado antes do conflito.

"A forte revisão das previsões para o IPCA tem a ver com a **inflação** persistente e com os choques de preço no exterior devido à guerra na Ucrânia. Tudo isso está minando as expectativas do mercado. O processo de desancoragem afeta as taxas do custo de vida deste ano e do próximo e vai exigir uma ação mais firme do Banco Central", explica Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos.

Ele prevê alta de 1,0 ponto percentual na Selic-consenso das apostas do mercado - e acredita que o Copom deverá deixar em aberto o tamanho dos próximos ajustes do ciclo de aperto monetário. "O BC não deve se comprometer com mais nada e vai passar a agir de acordo com os fatos e os eventos na seara externa", crê o especialista. "Pode haver uma situação do fim do conflito, os preços recuarem, e aí o BC vai ter mais condições de calibrar o ajuste que terá que fazer. No momento, o BC está muito refém dos fatos e não tem como estimar as premissas para a política monetária. Não é possível ter ideia da magnitude dessa confusão em que estamos agora", avalia Rosa. Para ele, uma possível mudança na meta daria um certo fôlego ao BC na condução da política monetária neste ano.

Desancoragem

Na avaliação da economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, por conta dessa desancoragem das previsões das metas de **inflação**, "o BC vai ter que ser mais duro na política monetária". "Obviamente, com esse cenário, fica mais desafiador para o Banco Central conseguir cumprir as metas. Por isso, ele deve andar mais no campo de aperto monetário do que tinha sinalizado antes da guerra", afirma. "A nossa previsão é 12,75%, mas o risco é ir além de 13%", estima. Ela reconhece que a Selic deverá ficar nesse patamar elevado até o início de 2023.

Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, elevou de 6% para 7,16%, com teto de 7,47%, considerando a ausência de compensação fiscal ou suavização dos reajustes da Petrobras, de

até 24,9% nos combustíveis nas refinarias. Segundo ele, mesmo com a Selic encerrando o ano em 13,25%, a **inflação** ficaria nesse patamar acima de 7%. Na avaliação dele, o CMN poderia mudar a meta, mas somente a de 2022, porque já está perdida. "Não podem mudar a de 2023", alertou.

O diretor de Estratégias Políticas do Grupo Mongeral Aegon (MAG), Arnaldo Lima, também considera possível uma mudança na meta de **inflação** deste ano. Pelos cálculos dele, o reajuste dos combustíveis deverá ter um impacto de 1,2 ponto percentual no IPCA, sem considerar os efeitos indiretos e os futuros reajustes que devem ocorrer, e esse problema precisará estar no centro dos debates da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, que ocorre hoje e amanhã.

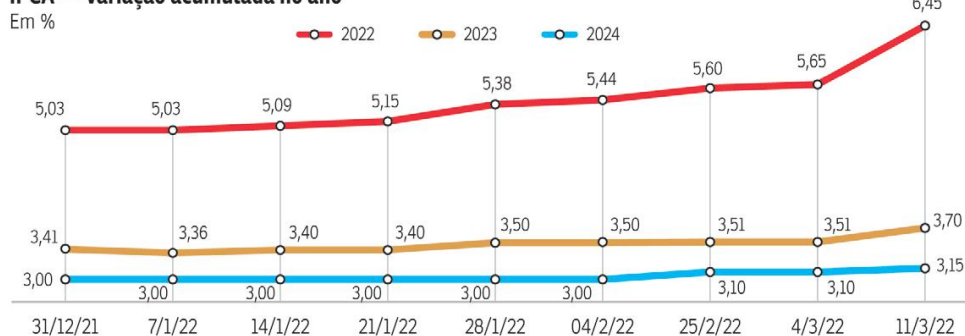
"Os preços dos combustíveis no mercado internacional ainda estão mais altos do que no mercado interno. A reunião do Copom ocorre diante de um cenário econômico muito mais incerto do que nos anteriores, especialmente, por conta da guerra na Ucrânia e da forte elevação no preço das commodities e da surpreendente valorização do real", afirma. Para ele, os efeitos econômicos do conflito "serão mais duradouros do que se imagina".

Expectativas frustradas

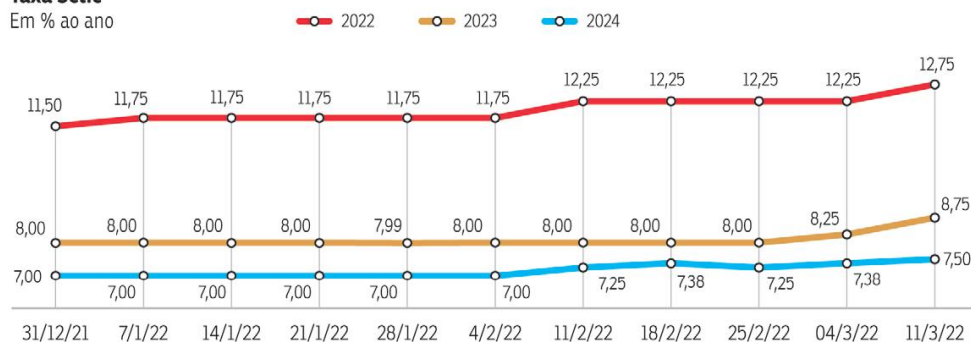
Veja a evolução da mediana das previsões para os principais indicadores no boletim Focus, que mostram inflação e juros cada vez mais elevados e PIB andando de lado



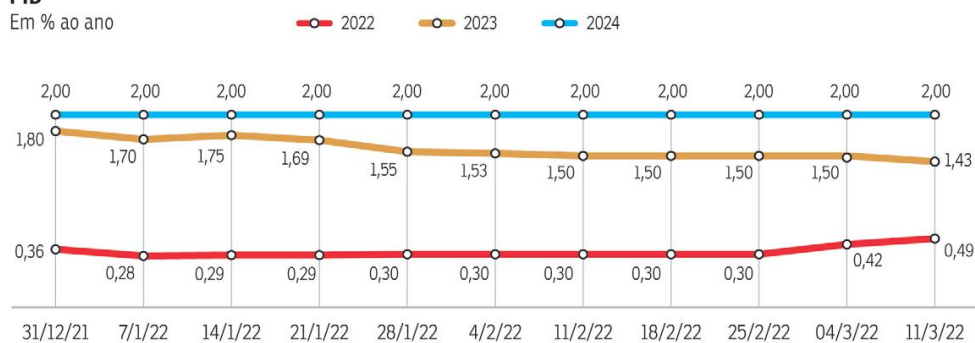
IPCA — Variação acumulada no ano



Taxa Selic



PIB



Fonte: Banco Central

Subsídio deve vir de cortes, diz ex-diretor

MICHELLE PORTELA

Para o ex-diretor financeiro da Petrobras, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, o governo federal precisa cortar gastos para poder subsidiar o preço dos combustíveis vendidos pela empresa. O especialista especula até sobre a retomada da conta-petróleo, pela qual o governo controlava a variação de preço dos combustíveis durante a crise de petróleo nos anos 1970.

Freitas Gomes explica que a Petrobras não comete ilegalidade ou irregularidade ao aumentar os preços, mas sabe que o custo econômico, para os brasileiros, e político para os governantes, exige medidas para conter a **inflação**. "A Petrobras não tem alternativa. Tem de subir. O governo precisa oferecer subsídio. Porém, para isso, precisa oferecer fonte. Onde o governo pode cortar mais hoje?", questiona.

Também ex-diretor financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o economista diz que o governo pode remanejar royalties dos municípios e estados ou cortar recursos do orçamento do Congresso Nacional. "Os royalties são enormes para estados e municípios.

Nesse momento, vivemos um período de guerra", argumenta. "Também poderia cortar verbas inúteis dos deputados e senadores", acrescenta.

"Esse é um preço que pode ser pago pelo Congresso", afirma.

Freitas Gomes lembra, ainda, da chamada conta-petróleo, que o governo brasileiro já teve como alicerce dos subsídios para combustíveis.

Trata-se de um mecanismo de compensações criado na época dos regimes militares. "Por que não?", questiona o economista.

Militares entram em cena para manter general na presidência da Petrobras



O presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, que, nesta segunda-feira (14), disse ser soldado que não foge do campo de batalha e que não há crise. Agência Reuters - 14.mar.2022

Militares das mais altas patentes se juntaram para conter as articulações políticas pela retirada do general Joaquim Silva e Luna da presidência da Petrobras.

A movimentação defensiva surgiu no final de semana após filhos do presidente Jair Bolsonaro (PL) publicarem críticas contra a gestão do general em suas redes sociais.

Liderados pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, os militares se articularam para convencer Bolsonaro de que não há nada de errado na política de preços da Petrobras.

O grupo alega que, a partir de agora, as medidas aprovadas no Congresso serão suficientes para aparar as arestas entre a empresa, que defende os acionistas, e o governo, que detém o controle acionário.

A tendência, na avaliação dessa ala, é a de que os preços caiam não só com a redução do ICMS, como pela baixa na cotação do petróleo devido a um possível arrefecimento na guerra entre Rússia e Ucrânia.

Após quase dois meses sem fazer reajustes e às vésperas de mudanças drásticas na tributação de combustíveis, a Petrobras anunciou um reajuste de 19% sobre a gasolina nas refinarias e de 25% no diesel. Em postos de locais mais afastados do país, como no Acre, o litro da gasolina chegou a R\$ 11.

Na semana passada, em reuniões privadas, Bolsonaro demonstrou contrariedade com a atitude da Petrobras.

O presidente queria ter o projeto de redução e uniformização do ICMS aprovado pelo Congresso

antes do reajuste nas bombas. Se tivesse sido dessa forma, Bolsonaro teria apresentado uma solução imediata ao problema.

Assim, o presidente, que pretende disputar a reeleição, reduziria os danos em sua popularidade com o eleitorado.

Na Economia, assessores do ministro Paulo Guedes confirmaram o "jogo combinado". A estratégia, no entanto, saiu do controle porque a Petrobras anunciou o reajuste antes do resultado final da votação do projeto de lei do ICMS no Congresso.

O general Silva e Luna, por sua vez, não demonstra constrangimento e afirmou à Reuters nesta segunda (14) que não deixará o cargo.

"Sou soldado. O campo de batalha é a minha zona de conforto. Não fujo do campo de batalha, abandonando a minha tropa. Não há crise", disse.

Mesmo reservadamente o general tem indicado que não pedirá demissão.

Luna foi escolhido como presidente da Petrobras no ano passado, depois de uma operação similar à atual e que levou à saída do economista Roberto Castello Branco, nome ligado a Guedes.

Naquele momento, o desgaste também foi causado por reajustes de preços de combustíveis seguindo a política de repasse praticamente integral da cotação do petróleo. Desta vez, a Petrobras vinha contingenciando os repasses, o que gerou uma defasagem de cerca de 30% na gasolina e 40% no diesel.

Essa diferença levou a uma redução temporária de receita com impacto sobre o resultado da companhia. Acionistas da empresa fizeram chegar ao Palácio do Planalto alertas de que poderiam recorrer à Justiça para que essas perdas fossem cobertas pela União - algo previsto no estatuto da empresa.

A pandemia e a guerra na Ucrânia fizeram os preços do barril de petróleo dispararem, atingindo R\$ 140 o barril, pressionando a Petrobras para fazer mais reajustes -que vinham sendo segurados.

Os combustíveis são um dos itens que mais pesam no cálculo da **inflação** medida pelo IPCA. Economistas já calculam que o teto da meta (5%) deve ser estourado novamente neste ano.

Após o reajuste anunciado pela Petrobras na semana passada, analistas de mercado ouvidos pelo Banco Central elevaram suas estimativas de **inflação** para acima dos 6%.

Com a alta do petróleo, muitos importadores deixaram de abastecer centros importantes do país, especialmente Norte e Nordeste, forçando a Petrobras a importar mais para atender essas regiões.

Silva e Luna chegou a afirmar que, sem o reajuste, para tornar essas operações locais rentáveis, haveria risco de desabastecimento.

No entanto, durante o fim de semana, políticos ligados ao ministro Ciro Nogueira (PP-PI), viram uma brecha para pressionar o Planalto pela troca do general como forma de ganhar mais espaço de controle no setor de energia, petróleo e gás.

Essa ala trava uma disputa com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, por indicações em empresas e agências reguladoras do setor.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Lula aproveitou o tema para atacar Bolsonaro nas redes sociais, o que deu mais força para o movimento interno no Planalto contra Silva e Luna.

Atento a esses movimentos, Mourão começou a se articular com outros generais para conter essa artilharia.

Liderados pelo vice-presidente, militares se mobilizaram para convencer a ala mais próxima de Bolsonaro a não colocar Rodolfo Landim no lugar de Silva e Luna.

Landim, presidente do Flamengo, vai assumir uma cadeira no conselho da estatal. Nos bastidores, assessores do presidente comentam que Landim renunciaria à presidência do conselho caso fosse escolhido para ocupar o comando da companhia.

Sua nomeação para o colegiado é vista dentro da empresa como um passo para facilitar eventual troca no comando da estatal, já que o presidente da companhia deve ser primeiro eleito para o conselho.

Assim, o governo evitaria a necessidade de manter um interino enquanto os prazos legais para a eleição de um novo conselheiro de administração são

respeitados.

Nesta segunda-feira (14), Mourão afirmou que o general Silva e Luna, da Petrobras, aguenta a pressão, "como bom nordestino".

"Silva e Luna é resiliente, sempre foi. Como bom nordestino, aguenta pressão." O general é pernambucano.

Consultado, no entanto, Mourão negou integrar esse movimento de apoio ao presidente da Petrobras.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850>

Preço médio da gasolina chega a R\$ 7,47 no país após mega-aumento



Botijões em centro de distribuição de gás em Brasília; na semana passada, Petrobras anunciou reajuste de 16,3% Adriano Machado/Reuters

Nicola Pamplona

No primeiro fim de semana após o mega-aumento promovido pela Petrobras na última sexta (11), o preço médio da gasolina no país chegou a R\$ 7,47 por litro, segundo levantamento feito a pedido da Folha pela empresa de gestão de frotas ValeCard.

O valor é superior ao recorde verificado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) em novembro de 2021, de R\$ 6,795, já corrigido pela **inflação**.

De acordo com a ValeCard, apenas dois estados ainda têm preço médio da gasolina abaixo de R\$ 7: São Paulo (R\$ 6,981) e Amapá (R\$ 6,993). Em duas capitais, já se aproxima dos R\$ 8: Natal (R\$ 7,945) e Belém (R\$ 7,848).

O levantamento considera registros de transações eletrônicas em postos de todo o Brasil entre sexta (11) e domingo (13). Na quinta (10), a Petrobras anunciou reajuste de 18,8% no preço da gasolina, com vigência a partir do dia seguinte.

Foi o maior reajuste ao menos desde 2016, quando a política de preços atual começou a vigorar. Postos já começaram a subir os preços antes mesmo de renovar estoques e houve corrida aos postos na tentativa de encher o tanque ainda com preços antigos.

O preço médio verificado pela ValeCard no fim de semana é 8,14% superior à média dos dez primeiros dias de março. Amazonas (alta de 10,06%), Ceará (12,49%), Paraná (11,62%), Rio Grande do Norte

(12,95%) e Rio Grande do Sul (10,10%) tiveram alta superior a 10%.

Em São Paulo, a alta foi de 8,51%. No Rio de Janeiro, de 6,91%, com preço médio de R\$ 7,740 por litro.

O preço médio nacional fica dentro das estimativas feitas pelo mercado logo após o anúncio do reajuste. Considerada a pesquisa oficial de preços dos combustíveis no país, a pesquisa da ANP só será divulgada na sexta (18).

Na semana passada, ainda antes de conseguir verificar impactos dos reajustes da Petrobras, a ANP já havia detectado alta de 1,6% no preço médio da gasolina, que ficou em R\$ 6,683 por litro. A coleta dos dados, porém, foi feita no início da semana.

Na Bahia, abastecida pela primeira grande refinaria privada do país, o mercado já refletia o novo cenário de cotações do petróleo, com gasolina, em média, a R\$ 7,691 por litro, alta de 9,9% em relação à semana anterior.

Operada desde dezembro pela Acelen, do fundo árabe Mubadala, a Refinaria de Mataripe repassou a escalada das cotações internacionais no início do mês. Neste fim de semana, segundo a ValeCard, o preço médio da gasolina no estado foi 7,7091.

Já a Petrobras levou 57 dias desde o reajuste anterior, em janeiro, para atualizar seus preços, chegando a passar alguns períodos com defasagens superiores a R\$ 1 por litro enquanto as cotações internacionais disparavam em resposta à guerra na Ucrânia.

Na quinta, ao anunciar o mega-aumento, a empresa disse que o ajuste tornou-se necessário "para que o mercado brasileiro continue sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras."

Além da gasolina, subiu o preço do diesel em 24,9% e o do gás de cozinha em 16,1%. Distribuidoras e postos já alertavam sobre o risco de falta de diesel porque importadores privados não estavam operando naquele cenário de preços.

Os aumentos geraram fortes reações entre

consumidores, no mundo político e no próprio governo. No sábado, o presidente Jair Bolsonaro (PL), disse que a empresa demonstrou insensibilidade com a população.

"A Petrobras demonstra que não tem qualquer sensibilidade com a população. É Petrobras Futebol Clube e o resto que se exploda", afirmou.

Confira 11 dicas para economizar o gás de cozinha

1. EVITE ABRIR O FORNO

Cada vez que a porta do forno é aberta, o calor sai e se perde. Quanto menos você abri-la, menos gás será necessário para chegará temperatura ideal. Marque o tempo de preparada receita com cronômetros e use a iluminação interna do forno para evitar abrir a porta

2. MANTENHA AS BOCAS DO FOGÃO LIMPAS

Chamas amarelas ou laranjas são um sinal de que as bocas estão sujas ou com mau funcionamento. Nesses casos, o fogo perde potência e gasta mais para cozinhar o alimento. A chama azul é mais quente e eficiente. Limpe as peças do fogão com água e sabão. Se o problema persistir, procure uma assistência técnica especializada

3. USE A PANELA DE PRESSÃO QUANDO POSSÍVEL

A panela de pressão permite cozinhar alimentos mais rápido e, conseqüentemente, com menos gás. Por questão de segurança, procure panelas com selo do Inmetro e que estejam em bom estado de conservação e higiene.

O tempo de cozimento de grãos como feijão e grão-de-bico fica ainda menor se eles ficarem de molho por 12 horas antes de ir ao fogo

4. EVITE AS CORRENTES DE AR

Se na sua cozinha há uma janela que permite a passagem de vento pelo seu fogão, vale a pena fechá-la enquanto cozinha. O vento diminui a potência das chamas, exigindo mais tempo para que a panela atinja a temperatura ideal

5. APROVEITE O VAPOR DA PANELA

Se possível, use uma espremedeira metálica em cima da panela para cozinhar outros alimentos no vapor, como os legumes

6. USE A BOCA DE FOGÃO CERTA

Colocar uma panela pequena em uma boca grande é desperdício do seu gás de cozinha -evite, a menos que esteja com muita pressa

7. TAMPE AS PANELAS

Panelas tampadas diminuem a perda de calor, aproveitam mais a chama e cozinham mais rápido

8. CORTE OS ALIMENTOS EM PEDAÇOS MENORES

Quanto menor o corte do alimento, maior a superfície de contato com a água e menos tempo ele leva para ser cozido

9. PLANEJE O USO DO FORNO

Leve ao forno pratos diferentes que precisam da mesma temperatura, para cozinhá-los juntos

10. CONFIRA O BOTIJÃO DE GÁS E COMO ESTÁ A MANGUEIRA

Use uma bucha com sabão para depositar espuma nas rosas do botijão, nas mangueiras e conexões com o fogão. Se houver bolhas, é sinal de que há um vazamento; consertar ajuda na economia e evita acidentes

11. PLANEJE E OTIMIZE O PREPARO DAS REFEIÇÕES

Aproveitar o tempo na cozinha para preparar refeições pensando nas próximas pode significar não precisar usar o fogão no dia seguinte. Faça porções maiores, especialmente dos acompanhamentos, e o que sobrar você ainda pode congelar

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850>

Mega-aumento da gasolina chega às bombas

	Preço médio da gasolina, em R\$ por litro	Varição em relação à média dos dez primeiros dias do mês, em %	
RN	7,883	12,95	
BA	7,791	3,62	
RJ	7,740	6,91	
PI	7,727	7,15	
CE	7,710	12,49	
PA	7,700	8,03	
MG	7,684	8,19	
RR	7,628	8,63	
ES	7,622	9,18	
SE	7,608	7,20	
RO	7,557	8,72	
AM	7,508	10,06	
MA	7,504	9,85	
TO	7,478	6,95	
DF	7,434	8,37	
GO	7,434	7,78	
AL	7,419	7,84	
PE	7,357	7,68	
PR	7,357	11,62	
MT	7,219	6,77	
PB	7,117	7,35	
AC	7,100	-9,21	
SC	7,094	9,1	
MS	7,031	7,77	
RS	7,030	10,1	
AP	6,993	5,58	
SP	6,981	8,51	

Fonte: ValeCard

Estimativa para inflação dispara depois de reajuste

O mercado elevou com força as perspectivas para a **inflação** neste ano acima de 6% e passou a ver maior aperto monetário, na esteira da elevação dos preços dos combustíveis e antes da reunião de política monetária do Banco Central esta semana.

A pesquisa Focus divulgada pelo BC nesta segunda-feira (14) mostrou que os especialistas consultados aumentaram a projeção para a alta do IPCA este ano a 6,45%, de 5,65% na semana anterior, muito acima do teto da meta, de 5,0%.

A conta para 2023 também subiu e chegou a 3,70%, de 3,51% antes. O centro da meta oficial para a **inflação** em 2022 é de 3,5% e para 2023 é de 3,25%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Na semana passada, a Petrobras anunciou aumento dos preços do diesel em cerca de 25% em suas refinarias, enquanto os valores da gasolina deverão subir quase 19%, na esteira dos ganhos nas cotações do petróleo no mercado internacional em função da guerra na Ucrânia.

Com isso, a projeção para o aumento dos preços administrados no levantamento semanal do BC saltou a 5,61% e 4,50%, respectivamente, em 2022 e 2023, de 4,85% e 4,28% antes.

Em fevereiro o IPCA atingiu o nível mais elevado para o mês em sete anos, de 1,01%, sob o peso dos custos de educação e alimentos, levando a taxa em 12 meses a 10,54%.

As intensas pressões inflacionárias levaram os economistas a elevar as projeções para a taxa básica de juros tanto este ano quanto no próximo, a 12,75% e 8,75% respectivamente. A pesquisa anterior apontava expectativa de uma taxa de 12,25% em 2022 e 8,25% em 2023.

É com esse cenário à frente que o BC se reúne esta semana para decidir sobre a política monetária. Segundo o Focus, a autoridade monetária deve elevar a Selic a 11,75% na reunião, ante taxa atual de 10,75%.

Ao mesmo tempo, a conta no levantamento semanal para o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto)

este ano subiu a 0,49% em 2022, mas caiu a 1,43% em 2023, de 0,42% e 1,50% antes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49850>

Um legado sinistro para o novo governo (Editorial)

A herança macabra deixada para o próximo governo incluirá **inflação** acima da meta, juros muito altos e economia emperrada, segundo projeções do mercado. As expectativas, muito ruins desde o começo do ano, pioraram depois da invasão da Ucrânia, em reação à insegurança criada pelo autocrata Vladimir Putin e aos possíveis efeitos das sanções à Rússia.

Já confrontado com enorme desarranjo de preços, o Brasil terá de enfrentar um caminho mais longo e mais difícil em busca da estabilização, de acordo com as últimas avaliações. Em uma semana subiu de 12,25% para 12,75% a taxa básica de juros prevista para o fim do ano. As estimativas para os dois anos seguintes - metade do mandato do próximo presidente - também se elevaram, atingindo 8,75% e 7,5%.

São números sinistros para quem tiver a pretensão de administrar o Brasil e conduzi-lo para fora da estagnação.

Não é o caso do presidente Jair Bolsonaro e de seus companheiros, concentrados em medidas improvisadas, concebidas para efeitos eleitorais, com elevado custo fiscal e, na melhor hipótese, inúteis para a prosperidade e a saúde econômica.

Convertida em pandemia, a **inflação** poderá afetar a atividade financeira em várias economias importantes, dificultando a redução ou favorecendo a elevação de juros. O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) tem de enfrentar uma alta de preços de 7,9% acumulada em 12 meses, a maior em quatro décadas. No Brasil, um surto inflacionário com taxa de 10,54% no período anual até fevereiro está na lista de problemas da autoridade monetária.

Nesta quarta-feira os bancos centrais dos dois países devem anunciar novas decisões sobre as taxas de referência.

O Fed poderá iniciar um ciclo de aumentos, com um primeiro acréscimo de 0,25 ou 0,50 ponto porcentual.

Neste momento, os juros básicos nos Estados Unidos estão na faixa de zero a 0,25%. No Brasil, a taxa básica, a Selic, deverá subir de 10,75% para 11,75%, segundo a maior parte das apostas.

De qualquer forma, a subida, de acordo com as

apostas do mercado, deverá continuar, no Brasil, até 12,75%.

Para cuidar dos problemas internos será preciso olhar também para fora.

Qualquer aumento nos Estados Unidos poderá afetar o fluxo internacional de capitais e o mercado cambial. Isso limitará as ações dos bancos centrais no mundo emergente, dificultando, por algum tempo, qualquer suavização da política monetária.

Para afrouxar sua política, no entanto, os dirigentes do Banco Central terão de renunciar ao compromisso de levar a **inflação** à meta oficial até o fim do próximo ano. Essa mudança será justificável se o custo do ajuste - perda de crescimento econômico e prolongamento do desemprego - for considerado excessivo em relação aos benefícios.

As famílias serão triplamente afetadas pela **inflação**: 1) a alta de preços, muito sensível nas compras do dia a dia, continuará erodindo os ganhos de quem ainda tiver uma fonte de renda; 2) o custo do dinheiro, elevado pelo aperto monetário, tornará mais difícil o acesso a novas compras a crédito; e 3) financiamentos até para a liquidação de obrigações já assumidas poderão ser menos acessíveis. Os consumidores, principalmente os de baixa renda, serão afetados pela doença, a acelerada alta de preços, e pela medicação, os juros mais elevados.

Pelas projeções do mercado, a taxa básica de juros ainda estará em 7%, em 2025, terceiro ano do novo mandato presidencial. A **inflação** ficará em 3%. A meta para 2025 ainda é desconhecida.

A **inflação** estimada para 2022 acaba de passar de 5,85% para 6,45% (meta de 3,50%). A taxa projetada para 2023 subiu de 3,51% para 3,70% (meta de 3,25%). A estimativa para 2024 subiu de 3,10% para 3,15% (meta de 3%). Diante disso, dos juros previstos e do escasso potencial produtivo do Brasil, o mercado estima crescimento econômico de 0,49% neste ano, 1,43% no próximo e 2% nos seguintes. São prazos muito longos e problemas muito distantes para a visão e os interesses do presidente Jair Bolsonaro, de seus ministros e de seus sempre caríssimos aliados do Centrão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sob pressão, governo lançará pacote de crédito agrícola

ADRIANA FERNANDES DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

No cenário de alta dos preços de alimentos com a guerra na Ucrânia, o governo vai aumentar o espaço no Orçamento para os subsídios destinados às operações de crédito agrícola. É uma tentativa de evitar problemas no plantio da safra que possam reduzir a produção nacional e ampliar os riscos de **inflação**.

O acerto negociado com o Ministério da Economia foi de uma liberação de mais R\$ 868 milhões para subsidiar linhas de financiamento do atual Plano Safra. Também será liberado um crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para os agricultores dos Estados afetados pela seca no sul do País conseguirem pagar as parcelas dos empréstimos.

Além do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, os produtores de Mato Grosso do Sul também serão atendidos pela medida.

Sem essa ajuda, os agricultores alegam que teriam dificuldade para tomar novos créditos para o plantio da safra seguinte.

O pacote emergencial de socorro agrícola foi negociado pelo ministro Paulo Guedes na semana passada, na véspera da votação dos projetos que alteram a forma de cobrança do ICMS sobre os combustíveis. O movimento de Guedes foi interpretado por parlamentares do agronegócio como uma pressão para a aprovação dos projetos para conter a alta dos combustíveis, segundo fontes do Congresso.

A expectativa é de que as medidas do pacote agrícola sejam anunciadas nos próximos dias.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco fiscal e cena externa pressionam mercado local

Victor Rezende, Felipe Saturnino e Matheus Prado

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163?page=2§ion=4

Apesar de piora, Focus ainda dá certo conforto para o Copom

Alex Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187163?page=2§ion=4